



CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 067/2017

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JUNDIÁ/RN –
PREFEITURA MUNICIPAL, E A EMPRESA
COMÉRCIO DE MÓVEIS,
ELETRODOMÉSTICO E INFORMÁTICA
MALHEIRO LTDA - EPP, PARA O FIM QUE
ESPECIFICA.

O MUNICÍPIO DE JUNDIÁ/RN – PREFEITURA MUNICIPAL, inscrito no CNPJ sob o número 04.214.217/0001-55, sediado na Rua da Matriz, nº 200, Centro, Jundiá, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor **JOSÉ ARNOR DA SILVA**, brasileiro, casado, servidor Público Federal Aposentado, portador da Carteira de Identidade nº 403.342, SSP/RN e do CPF sob o nº 201.550.004-97, Residente e domiciliado no Sítio Lajedo Grande Nº 19, Zona Rural, CEP: 59.188-000, JUNDIÁ/RN, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **COMÉRCIO DE MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICO E INFORMÁTICA MALHEIRO LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 40.761.843/0001-25, com sede na Rua Tomaz Antônio Gonzaga, nº 276, Liberdade, Parnamirim/RN, neste ato representada por, **IVANALDO SEVERINO MALHEIRO**, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 542.425- SSP/RN, e do CPF nº 315.891.204-00, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente CONTRATO, decorrente do Processo Licitatório nº 0000000871/2017, na modalidade (CARONA), Oriunda do Pregão Presencial nº 013/2016- PMSJM, Ata do Registro de Preços nº 013/2016 – PMSJM, sob a forma de execução indireta, nos termos da Lei nº 10.520, de 17/07/2002; Decreto Federal nº 3.555, de 08/08/2000, com suas alterações e demais legislações correlatas, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei nº 8.666, de 21/06/1993, com suas alterações, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O CONTRATO tem por objeto o fornecimento de CONDICIONADORES DE AR para atender as necessidades das secretarias municipais e da administração pública deste município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE FORNECIMENTO E ENTREGA

2.1. Os produtos referentes serão entregues, diretamente na sede da Prefeitura Municipal de Jundiá/RN, no horário das 08h00min as 13h00min.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

3.1. O prazo de vigência deste contrato será de 07/03/2017 à 31/12/2017, podendo ser prorrogado, mediante Termo de Aditivo, em conformidade com o Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, com alterações posteriores.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1 O valor total deste contrato é de **R\$ 128.000,00 (Cento e vinte e oito mil reais)**, conforme os valores abaixo descritos:



ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UND	QTD	V. UNIT	V. TOTAL
01	Condicionador de ar, tipo split hi - wall, 12,000 btu/h (parede), com capacidade mínima de 12.000 btu's, voltagem 220v/60hz. com as seguintes características mínimas: - função dry, eco e lock; - auto diagnostico: - reinicio automático; - swing vertical e horizontal; - sistema de ventilação silencioso; - filtro anti-pó e filtro purificador; - alimentação 200v-60hz, monofásico; - potência nominal 2.579 w e capacidade mínima de refrigeração de 9.000 btu's; - vazão de ar 1.700 m2/h. - controle remoto: funções timer, sleep, swing e auto ajuste de temperatura eletrônico de 16° a 30° c, display de funções com indicador de temperatura selecionada no controle remoto; - condensador, em cobre, tipo horizontal com compressor rotativo; evaporador, em cobre horizontal; - gás r 410, padrão de consumo, no mínimo classe "a" e procel de garantia inmetro/pbe - garantia mínima de 03 (três) anos mediante fornecimento de certificado, a contar da data do ateste da nota fiscal, a ser emitida na entrega dos equipamentos, fabricação nacional.	UND	49	1.650,00	80.850,00
02	Condicionador de ar, tipo split hi - wall, 9,000 btu/h (parede), com capacidade mínima de 9.000 btu's, voltagem 220v/60hz. com as seguintes características mínimas: - função dry, eco e lock; - auto diagnostico: - reinicio automático; - swing vertical e horizontal; - sistema de ventilação silencioso; - filtro anti-pó e filtro purificador; - alimentação 200v-60hz, monofásico; - potência nominal 2.579 w e capacidade mínima de refrigeração de 9.000 btu's; - vazão de ar 1.700 m2/h. - controle remoto: funções timer, sleep, swing e auto ajuste de temperatura eletrônico de 16° a 30° c, display de funções com indicador de temperatura selecionada no controle remoto; - condensador, em cobre, tipo horizontal com compressor rotativo; evaporador, em cobre horizontal; - gás r 410, padrão de consumo, no mínimo classe "a" e procel de garantia inmetro/pbe - garantia mínima de 03 (três) anos mediante fornecimento de certificado, a contar da data do ateste da nota fiscal, a ser emitida na entrega dos equipamentos, fabricação nacional.	UND	36	1.250,00	45.000,00
03	Condicionador de ar, tipo split hi - wall, 18,000 btu/h (parede), com capacidade mínima de 18.000 btu's, voltagem 220v/60hz. com as seguintes características mínimas: - função dry, eco e lock; - auto diagnostico: - reinicio automático; - swing vertical e horizontal; - sistema de ventilação silencioso; - filtro anti-pó e filtro purificador; - alimentação 200v-60hz, monofásico; - potência nominal 2.579 w e capacidade mínima de refrigeração de 18.000 btu's; - vazão de ar 1.700 m2/h. - controle remoto: funções timer, sleep, swing e auto ajuste de temperatura eletrônico de 16° a 30° c, display de funções com indicador de temperatura selecionada no controle remoto; - condensador, em cobre, tipo horizontal com compressor rotativo; evaporador, em cobre horizontal; - gás r 410, padrão de consumo, no mínimo classe "a" e procel de garantia inmetro/pbe - garantia mínima de 03 (três) anos mediante fornecimento de certificado, a contar da data do ateste da nota fiscal, a ser emitida na entrega dos equipamentos, fabricação nacional.	UND	1	2.150,00	2.150
TOTAL GLOBAL					R\$ 128.000,00



CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil, após o atesto da fatura/nota fiscal pela equipe da Prefeitura Municipal de Jundiá/RN, contendo seu endereço, seu CNPJ e, se desejar, o número de Conta Corrente da Contratada, número da Agência e Banco da Contratada, descrição do Objeto contratado, conferência e atesto da fiscalização, devendo ser efetuado em moeda corrente nacional, por intermédio de Ordem Bancária ou de cheque nominal ao representante da Contratada, e de acordo com as condições constantes na proposta da Contratada e aceita pela Prefeitura Municipal.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação, proposta e neste CONTRATO, não se admitindo Nota Fiscal/Fatura emitida com outros CNPJ's, mesmo aqueles de filiais ou da matriz, acompanhada de cópia do contrato correspondente e aditivo, se houver.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – Quando do pagamento será feita a verificação da regularidade da CONTRATADA, sendo que, estando à mesma em situação irregular, o pagamento será suspenso até a devida regularização, sem que tal situação venha caracterizar atraso.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA – Nenhum pagamento será realizado se constatado que a entrega está em desacordo com o contratado.

SUBCLÁUSULA QUARTA – A critério da CONTRATANTE, poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.

SUBCLÁUSULA QUINTA – Os pagamentos poderão ser sustados pela CONTRATANTE, nos seguintes casos:

- a) não cumprimento das obrigações da CONTRATADA para com terceiros, que possam, de qualquer forma, prejudicar a CONTRATANTE;
- b) inadimplemento de obrigações da CONTRATADA para com a CONTRATANTE por conta deste CONTRATO; e
- c) erros e vícios nas Notas Fiscais/Faturas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES PARA ACEITAÇÃO DO FORNECIMENTO

6.1. A aceitação do produto será feita pela CONTRATANTE mediante atesto na Nota Fiscal e/ou Fatura correspondente, quando comprovada a fiel e correta entrega do produto, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO

7.1. O fornecimento do objeto deste CONTRATO será acompanhado e fiscalizado por comissão de servidores designado pela Prefeitura Municipal, cujas atribuições basilares são:

- a) emitir atestados de aceitação;
- b) emitir pareceres em todos os atos da CONTRATADA, relativos à execução deste CONTRATO, em especial a aplicação de sanções e alterações do CONTRATO;
- c) exercer quaisquer outras atribuições necessárias ao bom desempenho do fornecimento.



SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento, a CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem qualquer forma de restrição à plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o fornecimento.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – Cabe à CONTRATADA atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto deste CONTRATO, sem que disso decorra qualquer ônus para a CONTRATANTE, não implicando a atividade da fiscalização em qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, tampouco a corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA – Qualquer erro ou imperícia na execução, constatado pela CONTRATANTE, obrigará a CONTRATADA, à sua conta e risco a substituir o produto rejeitado sem prejuízo de ação regressiva contra quem lhe tiver dado causa.

SUBCLÁUSULA QUARTA – A mudança de fiscal será imediatamente comunicada, pela CONTRATANTE, por escrito à CONTRATADA, indicando o seu substituto.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 Se, na execução deste CONTRATO, ficar comprovada a existência de irregularidade ou ocorrer inadimplemento contratual de que possa ser responsabilizada a CONTRATADA, esta, sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 86 a 88 da Lei nº 8.666/1993 sofrerá as seguintes penalidades ou sanções:

- a) advertência por escrito;
- b) multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da fatura, por dia em que, sem justa causa, a CONTRATADA não cumprir as obrigações assumidas ou cumprí-las em desacordo com o estabelecido neste CONTRATO, até o máximo de 10 (dez) dias, não obstante a aplicação cumulada de outras sanções com a sanção de multa;
- c) suspensão temporária do direito de participar de licitações e contratar com a Prefeitura Municipal de Jundiá/RN, por um período não superior a 2 (dois) anos; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a Prefeitura Municipal de Jundiá/RN, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir à CONTRATANTE os prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "c".

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – As sanções previstas nas alíneas "c" e "d" desta Cláusula poderão também ser aplicadas à CONTRATADA quando, em razão dos compromissos assumidos:

- a) seu(s) representante(s) legal(is) tenha(m) sofrido condenação criminal definitiva por prática, nesta condição, de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; ou
- b) praticar(em) ilícito(s) demonstrando não possuir idoneidade de contratar com a Administração Pública.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – O termo inicial para a incidência da multa estipulada na alínea "b" desta Cláusula será a data fixada para o adimplemento e o termo final, até o máximo de 10 (dez) dias.



SUBCLÁUSULA TERCEIRA – A multa estabelecida na alínea "b" desta Cláusula será aplicada pelo Prefeito Municipal, não impedindo que a CONTRATANTE rescinda unilateralmente este CONTRATO.

SUBCLÁUSULA QUARTA – A penalidade estabelecida na alínea "d" desta Cláusula é de competência exclusiva do Senhor Prefeito Municipal de Jundiá/RN.

SUBCLÁUSULA QUINTA – Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso no fornecimento advier de caso fortuito ou de força maior.

SUBCLÁUSULA SEXTA – Em quaisquer dos casos previstos nesta Cláusula, é assegurado à CONTRATADA o direito ao contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1. Dos atos praticados pela CONTRATANTE, cabem recursos na forma prevista no art. 109 da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1. As despesas decorrentes de que trata a Cláusula Primeira, correrão por conta de recursos ordinários proveniente da classificação orçamentária: **UNIDADE:** 03.001 – Sec. Mun. Administração; **AÇÃO:** 2004 – Manut. Ativid. Sec. Administração; **FUNÇÃO:** 04 – ADMINISTRAÇÃO; **SUB-FUNÇÃO:** 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL; **UNIDADE:** 07.002 – Fundo Municipal de Saúde; **AÇÃO:** 2060 – Manutenção Fundo Municipal de Saúde; 2061 – Programa Média Alta Complexidade MAC; 2064 – Prog. Vigilância Sanitária BL Vig. Saúde; 1052 – Aquisição de Equipamentos para Unidades de Saúde; 1056 – Programa Média Alta Complexidade MAC; **FUNÇÃO:** 10 – SAÚDE; **SUB-FUNÇÃO:** 301 – ATENÇÃO BÁSICA; 302 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL; **SUB-FUNÇÃO:** 304 – VIGILÂNCIA SANITÁRIA; **UNIDADE:** 06.001 – Sec. Mun. de Educação e Cultura; **AÇÃO:** 2018 – Manut. Sec. Educação, Cultura e Desporto; 2019 – Manutenção Educação Fundamental 10%; 2020 - Manut. Ações Salário Educação - Ens. Fundamental; **FUNÇÃO:** 12 – EDUCAÇÃO; **SUB-FUNÇÃO:** 361 – ENSINO FUNDAMENTAL; **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 08.002 – Fundo Municipal de Assistência Social; **AÇÃO:** 2077 – Manut. Serv. Conviv. Fort. Vinc. SCFV/PBV; 2079 – Manutenção do Fundo Municipal de Assist.; 2080 - Manutenção das Atividades do Centro de R; 1074 – Fundo Municipal de Assistência Social FMAS; 2081 – Manutenção das Ações do IGD – Programa Bolsa Família; 2080 – Manutenção das Atividades do Centro de Ref. Especial. de Assist. Social CREAS; 2083 – Manutenção das Ações do IGD – SUAS; 2085 – Manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social; **FUNÇÃO:** 08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL; **SUB-FUNÇÃO:** 243 – ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE; 244 – ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA; **NATUREZA:** 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO; **FONTE DE RECURSO:** 0100200000 - Receita de Impostos e de Transferências de Impostos – Saúde; 0106500000 –Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar; 0106600000 – Vigilância em Saúde; 0100000000 - Recursos Ordinários; 0100100000 - Receita de Impostos e de Transferências de Impostos – Educação; 0105800000 - Transferência Do Salário-Educação; 0102900000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS; **REGIÃO:** 0001 - Jundiá.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1. O presente CONTRATO poderá ser rescindido na forma e na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – Este CONTRATO será rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas na Cláusula Terceira, sujeitando a CONTRATANTE à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação da aquisição.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – A CONTRATADA reconhece desde já os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa, por qualquer um dos motivos previstos no inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/1993.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA – Ocorrendo rescisão unilateral com base nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/1993, sem que haja culpa da CONTRATADA, serão a esta, assegurados os direitos previstos no § 2º do art. 79 da Lei nº 8.666/1993.

SUBCLÁUSULA QUARTA – A falta de cumprimento de qualquer Cláusula ou simples condição do CONTRATO poderá acarretar a sua rescisão mediante aviso prévio. Contudo a CONTRATANTE poderá rescindir o CONTRATO automática e independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) concordata ou falência ou instauração de insolvência civil da CONTRATADA;
- b) inadimplência da CONTRATADA em manter todas as condições de cadastramento e qualificação exigidas na licitação;
- c) cometimento reiterado de faltas, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n.º 8.666/1993;
- d) lentidão no cumprimento das obrigações, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade de fornecer os produtos nos prazos estabelecidos;
- e) paralisação da prestação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
- f) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- g) subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão, a transferência parcial ou total, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem a anuência expressa da CONTRATANTE;
- h) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela autoridade competente e exaradas no processo administrativo a que se refere este CONTRATO;
- i) no interesse da Prefeitura Municipal de Jundiá, mediante comunicação com antecedência de 30 (trinta) dias, e o pagamento do fornecimento até a data comunicada no aviso de rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

12.1. O presente CONTRATO será publicado, por extrato, na Imprensa Oficial, nos termos do parágrafo único do art. 61, da Lei n.º 8.666/1993, correndo as despesas às expensas da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Para dirimir todas as questões oriundas do presente CONTRATO é competente o juízo da Justiça Estadual, da Comarca de Santo Antonio/RN.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ
Rua da Matriz, 200 - Centro - CNPJ: 04.214.217/0001-55
Email: cpljundia@outlook.com Fone (084) 3285 - 5036

E por assim estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, para todos os fins de direito.

Jundiá/RN, 07 de março de 2017.

JOSÉ ARNOR DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL
P/CONTRATANTE

IVANALDO SEVERINO MALHEIRO
SÓCIO
P/CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF/MF: _____

2. _____ CPF/MF: _____